

1. Informações gerais

A Plascar Participações Industriais S.A. (“Plascar S.A.” ou “Companhia”), com sede na cidade de Jundiaí (Desde 11 de fevereiro de 2019 – Anteriormente sediada na cidade de Campinas), no Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (PLAS3). A atividade da Companhia está representada pela participação como sócia majoritária da controlada Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. (“Plascar Ltda.”), que atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores.

A Plascar Ltda. possui plantas industriais localizadas nas cidades de Jundiaí/SP, Varginha/MG e Betim/MG.

As plantas atuam principalmente no setor automotivo, com foco no atendimento a montadoras de veículos, fornecendo para-choques, painéis de instrumentos, difusores de ar, porta copos, laterais de porta, porta pacotes, entre outros componentes. A Plascar atua, ainda, na industrialização de produtos não automotivos, como, por exemplo, injeção e montagem de carrinhos de supermercado, caixas multiuso, pallets e móveis ecológicos, atividade esta que representa menos de 10% do total de ativos, receita líquida e lucro líquido consolidados na Companhia.

O controle acionário da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era representado pela Permali do Brasil Indústria e Comércio Ltda., que detinha 46,09% do capital social da Companhia, pertence a *joint venture* fundada em 2005 entre WL Ross & Co. LLC (75,7%) e Franklin Mutual Advisers LLC (24,3%), com sede em Delaware, Estados Unidos, e também composto pela Postalís Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos e por outros acionistas individuais que detinham 17,80% e 36,11%, respectivamente.

Adicionalmente, conforme mencionado em Evento Subsequente, após a conclusão da reestruturação financeira da Companhia e sua controlada em 31 de janeiro de 2019, o controle acionário da Plascar S.A. passou a ser da Pádua IV Participações S.A., com participação de 59,99% de seu capital e também composto pela Permali do Brasil Indústria e Comércio Ltda., com 18,44%, pela Postalís Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos com 7,12% e por outros acionistas individuais que possuem 14,45%.

Situação Financeira

Em 2018, verificou-se um aumento na produção de veículos em torno de 6,7%, quando comparado com o mesmo período de 2017, conforme dados da ANFAVEA. A receita líquida da Companhia, por sua vez, em 2018, apresentou uma queda de 13,4% quando comparada com o ano anterior. Embora a recuperação no mercado de caminhões em 2018 tenha sido positiva para a Companhia, houve queda importante de participação no mercado de veículos leves do principal cliente, além de uma redução de faturamento em função da greve dos caminhoneiros.

A Companhia continua adotando medidas para reduzir seus custos internos operacionais e melhorar a margem, promovendo, também, negociações constantes de preços junto aos clientes para repasses dos aumentos de custos (mão-de obra, matéria prima etc), tudo de acordo com o processo de reestruturação da Companhia, que também culminou com o fechamento das unidades industriais de Pindamonhangaba/SP e Campinas/SP e alienação das operações na Argentina, corte de benefícios e redução no número de colaboradores (cerca de 1.100 colaboradores entre dezembro 2015 e dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$ 504.389 no individual, e no montante de R\$ 709.480 no consolidado e patrimônio líquido negativo no consolidado o montante de R\$ 514.305 e na controladora o montante de R\$ 514.861. Adicionalmente a Companhia apresentou prejuízo no período corrente e comparativo, bem como mantém um prejuízo acumulado de R\$ 997.435, no individual e consolidado.

Com a conclusão da reestruturação financeira da Companhia em 31 de janeiro de 2019 mencionada em Evento Subsequente, o patrimônio líquido e o passivo circulante da Companhia foram impactados positivamente em R\$ 449.483, decorrente de aumento de capital.

A Companhia possui contratos bancários vencidos e, em 31 de dezembro de 2018, possui saldo de empréstimos com vencimentos originais de longo prazo apresentados no curto prazo no montante de R\$ 46.495 (nota 4.1c), em razão do não cumprimento de cláusulas restritivas (“*covenants*”). Para esses contratos vencidos, a Companhia continuou negociando com os bancos, buscando a melhor forma de equacionar os valores em aberto.

Essas negociações foram formalmente materializadas e congregadas através da celebração de um Contrato *Standstill*, firmado entre Companhia e seus principais credores bancários no dia 24 de maio de 2017, conforme divulgado ao mercado através de Fato Relevante publicado em 30 de maio de 2017. O contrato *Standstill* foi inicialmente celebrado para vigor por 60 dias, tendo sido prorrogado por 30 dias adicionais, não havendo prorrogação adicional. Referido contrato tinha como objeto principal a assunção do compromisso dos credores de não adotarem qualquer medida executória para cobrança judicial das dívidas bancárias em aberto enquanto as partes estivessem negociando a repactuação financeira.

Em continuidade dessa negociação, no dia 12 de junho de 2018, a Companhia, a Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. e, em conjunto com a Permali do Brasil, a International Automotive Components Group Brazil LLC, a Mapa Capital Ltda. e determinados credores financeiros e não financeiros da Plascar, firmaram um “Resumo dos Principais Termos e Condições da Reestruturação da Plascar” (“*Term Sheet*”), não vinculante, com o objetivo de reestruturar a dívida existente da Plascar Ltda., por meio da entrada de novo sócio no grupo econômico da Plascar e consequente permuta de parte da dívida existente por novas ações de emissão da Companhia, que seriam detidas por um veículo de investimento (“*Newco*”) a ser criada para deter o controle da Companhia. O referido *Term Sheet*, que tinha validade inicial até o dia 31 de outubro de 2018, foi prorrogado e sua nova data de vencimento passou a ser 31 de dezembro de 2018, ou até que as partes concluíssem a assinatura dos novos contratos bancários de reestruturação da dívida, o que ocorresse primeiro.

O *Term Sheet* foi aprovado por todos os credores correlacionados.

No mesmo dia 12 de junho de 2018, a Companhia divulgou ao mercado novo Fato Relevante prestando informações detalhadas sobre o andamento do processo de reestruturação da dívida.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de novembro de 2018, já no contexto do processo de reestruturação da Companhia, houve a renúncia dos antigos administradores Srs. André Cambauva do Nascimento e Gordiano Pessoa Filho e a eleição dos atuais administradores Srs. Fabio Ernesto Isaia para os cargos de Diretor Presidente da Companhia e Diretor da Plascar Ltda. e Paulo Antônio Silvestri, para os cargos de Diretor de Relações com Investidores da Companhia e Diretor da Plascar Ltda.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2018, foi aprovado, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, o plano final de reestruturação da dívida da Companhia que, em linhas gerais, envolve a cessão de aproximadamente 90% da dívida existente da Plascar pelos principais credores da Companhia para a atual controladora “Pádua IV Participações S.A.”.

Em razão da aprovação mencionada acima, não há, por parte da Companhia e de seus assessores legais, qualquer expectativa de que ocorra qualquer execução dos contratos bancários que são objeto desta renegociação, em razão da conclusão da reestruturação de forma satisfatória a todos os credores envolvidos.

Em 31 de dezembro de 2018, a composição da dívida incluída no *Term Sheet*, e apresentadas nas notas explicativas nºs 13 e 15, estava assim apresentada:

Resumo da dívida incluída no <i>Term Sheet</i> atualizada em 31 de dezembro de 2018	BRASIL	FIBRA	BDMG	ITAÚ	BRADESCO	FCA	Total
Operações financeiras	121.521	86.847	76.046	92.926	50.424		427.764
Operações não financeiras						84.456	84.456
Total da dívida	121.521	86.847	76.046	92.926	50.424	84.456	512.220
	Instituições financeiras					Instituição não financeira	

A administração da Companhia revisou as projeções considerando os novos projetos para fabricação de peças injetadas e estima uma recuperação no volume de vendas em 2019 acima do realizado em 2018.

Segundo dados oficiais da ANFAVEA, a produção de veículos em 2019 aponta para um aumento de 9,0%.

Adicionalmente, a Companhia formalizou o parcelamento de seus débitos tributários vencidos através da adesão aos programas de recuperação tributária divulgados em âmbito Estadual e Federal (Nota 22).

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 20 de março de 2019.

Evento Subsequente

Em 31 de janeiro de 2019, conforme Aviso aos Acionistas e Fato Relevante divulgados ao mercado, ocorreu o aumento de capital social da Companhia com integralização mediante utilização de créditos detidos contra a Plascar Ltda., por subscrição privada, no montante de R\$ 449.483, mediante a emissão de 7.455.251 ações ordinárias ao preço unitário de emissão de R\$ 60,29 por ação ordinária. Após a efetivação do Aumento de Capital, o capital social da Companhia, antes no valor de R\$ 481.972, dividido em 4.970.167 ações ordinárias, passou a ser de R\$ 931.455, dividido em 12.425.418 ações ordinárias.

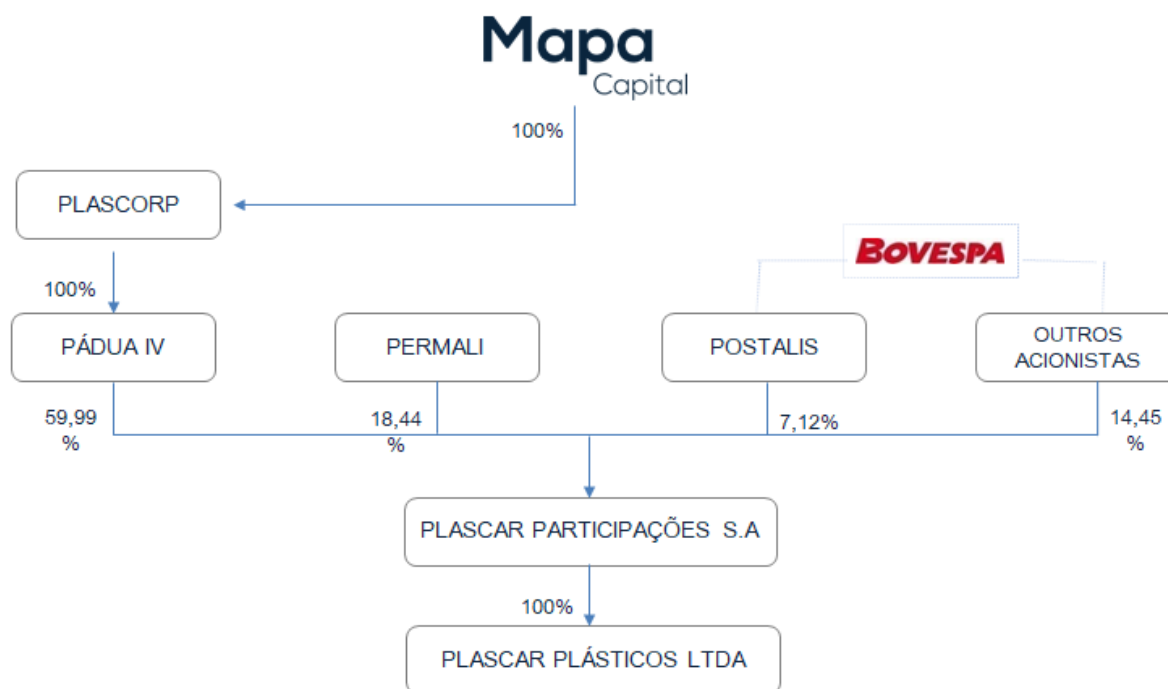
O valor referente ao aumento de Capital foi obtido aplicando-se o percentual de 90% sobre os saldos referentes a data-base de 31 de outubro de 2018, com os seguintes valores:

Resumo da dívida incluída no <i>Term Sheet</i> atualizada em 31 de outubro de 2018	BRASIL	FIBRA	BDMG	ITAÚ	BRADESCO	FCA	Total
Operações financeiras	118.741	83.328	74.604	90.081	49.374	-	416.128
Operações não financeiras	-	-	-	-	-	83.298	83.298
Total da dívida	118.741	83.328	74.604	90.081	49.374	83.298	499.426
	Instituições financeiras					Instituição não financeira	

Nos últimos anos, a Companhia celebrou contratos de empréstimos com a Fiat, a título de adiantamento em função da forte retração do mercado atual e escassez de crédito. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo destes adiantamentos é de R\$ 95.312 (Nota 15). Adicionalmente, parte do saldo com a Fiat foi subscrito em 31 de janeiro de 2019 como aumento de capital da Companhia, conforme previsto no acordo de reestruturação dívida "*Term Sheet*", aprovado na AGE realizada em 13 de dezembro de 2018 e demonstrado no quadro acima.

Segue abaixo a nova Estrutura Societária, inclusive com destaque para o novo controlador da Companhia – Pádua IV Participações S.A., após conclusão do plano de reestruturação da Companhia e subscrição de capital.

NOVA ESTRUTURA SOCIETÁRIA



2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPC.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

(a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, desde de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) . Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2 Consolidação

A Companhia consolida a entidade sobre a qual detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia incluem as demonstrações contábeis da Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. "Plascar Ltda." a qual possui participação de 99,89% em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Participação de não controladores".

(c) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou mesmo ao valor justo por meio do resultado. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

2.6.3 Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

2.6.4 Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu

substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

2.7 Passivos financeiros

2.7.1 Reconhecimento e mensuração:

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

2.7.2 Mensuração subsequente:

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

2.7.3 Custos de empréstimos:

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

2.7.4 Desreconhecimento de passivos financeiros:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.8 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos, tampouco atividades de *hedge*.

2.9 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD” ou *impairment*).

2.10 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados, dos produtos em elaboração e ferramentais compreende os custos do projeto, matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos, quando aplicável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda.

2.11 Imobilizado

O imobilizado considera como base de valor e foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS e CPC. Os demais itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25 a 50
Máquinas	8 a 25
Moldes	11 a 15
Móveis e utensílios	10 a 15
Veículos	5 a 6
Equipamentos de informática	5 a 6

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto ágio (*Goodwill*), que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construções ou produção de um ativo qualificável, que é ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando aplicável for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.17 Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.19 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida, dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia e suas controladas e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de produtos

A Companhia fabrica e vende peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que uma empresa do Grupo efetua a entrega dos produtos para o comprador. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

(b) Venda de ferramentais

A Companhia desenvolve e vende ferramental para injeção de peças plásticas de acordo com especificação técnica do pedido e modelo do veículo conforme projeto da montadora e no decorrer do desenvolvimento, ocorrem adiantamentos por parte das montadoras para suportar os recursos dispendidos. Usualmente o desenvolvimento e venda de ferramental está atrelada ao fornecimento de peças. As vendas dos ferramentais são reconhecidas no momento em que o projeto esteja em produção e aprovado pela montadora. A montadora por sua vez, emite um contrato de comodato autorizando a utilização do ferramental, uma vez que trata-se de um bem de sua propriedade.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

2.20 Arrendamentos

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas no passivo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.21 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.22 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.23 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

2.24 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

Em 1º de janeiro de 2018 entraram em vigor o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de Contratos com Clientes, a saber:

a) CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros:

O CPC 48 (IFRS 9) substituiu as orientações existentes na CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 (IFRS 9) incluiu novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma manteve as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 (IAS 39).

Com a vigência da referida norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais na classificação do valor justo estão apresentadas a seguir: (i) a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; e (ii) a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado do exercício.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção do CPC 48 (IFRS 9) em suas operações e não identificou impactos significativos.

A classificação de instrumentos financeiros de acordo com a nova norma está demonstrada na Nota 5 - Instrumentos financeiros por categoria.

b) CPC 47 (IFRS 15) Receita de Contrato com Cliente:

O CPC 47 (IFRS 15) introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 (IFRS 15) substituiu as normas vigentes para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e as correspondentes interpretações. A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos. A Nota 2.19 acima descreve os diferentes tipos de receita da Companhia e a forma de reconhecimento de cada uma destas receitas.

No caso da venda de produtos (2.19) as receitas continuarão sendo reconhecidas quando os produtos são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Companhia com os produtos.

2.25 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

a) CPC 06 R2 (IFRS 16) Operações de arrendamento mercantil:

O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06 R2 (IFRS 16) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração revisou todos os contratos de arrendamento das empresas do grupo concluiu que a maior parte refere-se a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor e ainda arrendamentos nos quais

as empresas do grupo não controlam o ativo e nem direcionam o uso. Estes arrendamentos continuarão sendo reconhecidos linearmente como despesas no resultado do exercício. Com relação aos demais arrendamentos, sujeitos ao escopo da nova Norma, a Companhia espera reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento de aproximadamente R\$95.138 mil em 1º de janeiro de 2019, onde julga não haver alterações relevantes nos componentes utilizados nas estimativas do referido valor, na oportunidade do reconhecimento contábil. A natureza das despesas relacionadas a estes ativos e passivos de arrendamento mudará em relação ao modelo vigente até 31 de dezembro de 2018, uma vez que serão reconhecidas despesas de depreciação para os ativos e despesas de juros sobre os passivos.

A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor dos passivos de arrendamento no momento da adoção.

b) ICPC 22 (IFRIC 23) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

Ao avaliar se e como o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais, a entidade deve assumir que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esses exames.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretação que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações contábeis.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) como demonstrado na Nota 12.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia apresenta ativos e passivos em moeda estrangeira decorrentes de operações de importação, exportação e mútuo com partes relacionadas, nos montantes demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2018	2017
Contas a receber de clientes (Nota 6)	5.705	4.872
Fornecedores	(196)	(636)
Exposição líquida	<u>5.509</u>	<u>4.236</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de taxa de câmbio.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Impacto no resultado do período (1)		
	Cenário I Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Passivo financeiro			
CDI	6,80%	8,50%	10,20%
Empréstimos e financiamentos	(52.119)	(56.549)	(60.946)

- (1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento dos contratos, o que for menor.

Na análise de sensibilidade, a taxa de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida em 31 de dezembro de 2018.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes de equipamentos originais (“OEM”) e reposição/concessionárias (“DSH”), incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com seus clientes OEM é reduzida em função do perfil desses clientes (montadoras de veículos e outras empresas de atuação mundial). Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia e sua controlada não possui saldos significativos a receber de clientes da categoria DSH.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, quando houver, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria da Companhia. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia não mantinha fundos de curto prazo (31 de dezembro de 2017 – R\$ 377) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados e representa os fluxos esperados de desembolso efetivo, desconsiderando eventuais exigências dos bancos pelos vencimentos antecipados.

Consolidado					
	Até três meses	De quatro a 12 meses	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2018					
Empréstimos e financiamentos	373.917	24.073	45.574	921	444.485
Fornecedores	23.689	41	-	-	23.730
Passivos com partes relacionadas	2.232	-	-	-	2.232
Outros passivos	100.473	12.453	44.538	900	158.364
	<u>500.311</u>	<u>36.567</u>	<u>90.112</u>	<u>1.821</u>	<u>628.811</u>
Em 31 de dezembro de 2017					
Empréstimos e financiamentos	267.493	32.462	70.726	282	370.963
Fornecedores	48.928	2.121	-	-	51.049
Passivos com partes relacionadas	59	-	-	-	59
Outros passivos	65.551	1.030	3.713	-	70.294
	<u>382.031</u>	<u>35.613</u>	<u>74.439</u>	<u>282</u>	<u>492.365</u>

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	Consolidado	
	2018	2017
Total dos empréstimos (Nota 13)	444.485	370.963
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(303)	(1.128)
Dívida líquida	<u>444.182</u>	<u>369.835</u>
Total do patrimônio líquido	<u>(514.861)</u>	<u>(257.324)</u>
Total do capital	<u>(70.679)</u>	<u>112.511</u>
Índice de alavancagem financeira - %	-	329

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. Presentemente o Companhia não possui passivos registrados a valor justo. Entretanto, abaixo estão os comparativos dos ativos financeiros registrados ao custo amortizado e seu respectivo valor justo:

	2018		2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)				
Capital de giro – moeda nacional	321.800	306.173	266.529	268.684
Finame	122.685	122.685	104.434	104.434
	<u>444.485</u>	<u>428.858</u>	<u>370.963</u>	<u>373.118</u>

5 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

(a) Custo amortizado

	2018	2017
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	303	1.128
Contas a receber de clientes	12.326	25.844
Contas a receber da venda de imóveis	3.857	3.857
Depósitos judiciais	4.778	4.349
Outros ativos	<u>6.906</u>	<u>7.075</u>
	<u>28.170</u>	<u>42.253</u>

(b) Valor justo por meio do resultado

	2018	2017
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	23.730	51.049
Empréstimos	444.485	370.963
Partes relacionadas	2.232	59
Outros passivos	<u>158.364</u>	<u>70.294</u>
	<u>628.811</u>	<u>492.365</u>

Controladora

O caixa e equivalentes de caixa são classificados como " Valor justo por meio de resultado "; as contas a pagar para partes relacionadas são classificadas como " Valor justo por meio de resultado ".

6 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2018	2017
Terceiros no País	17.272	13.436
Terceiros no exterior (Nota 4.1)	5.705	4.872
Contas a receber de ferramental no País	545	17.943
Provisão para <i>impairment</i> - créditos duvidosos	(11.196)	(10.407)
	<u>12.326</u>	<u>25.844</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	2018	2017
Saldo inicial	(10.407)	(11.017)
(Aumento) diminuição da provisão	<u>(789)</u>	<u>610</u>
Saldo final	<u>(11.196)</u>	<u>(10.407)</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a abertura das contas a receber por idade de vencimento, era como segue:

	2018	2017
A vencer	10.640	18.866
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	1.466	2.194
De 31 a 60 dias	90	2.551
De 61 a 90 dias	36	931
Há mais de 90 dias	<u>11.290</u>	<u>11.709</u>
	<u>12.882</u>	<u>17.385</u>
Total	<u>23.522</u>	<u>36.251</u>

A política da Companhia para provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa contempla o saldo vencido há mais de 90 dias.

O saldo vencido há mais de 90 dias não provisionados em 31 de dezembro de 2018, líquidos da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, refere-se à venda de ferramental.

7 Estoques

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Produtos acabados	4.654	3.159
Produtos em elaboração	8.770	9.810
Matérias-primas	19.737	19.805
Importação em andamento	1.632	2.193
Materiais de manutenção e auxiliares	1.909	2.043
Ferramentas e moldes em desenvolvimento destinados à venda	3.302	7.370
Adiantamentos a fornecedores	187	1.224
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	<u>(5.694)</u>	<u>(6.778)</u>
	<u>34.497</u>	<u>38.826</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a movimentação da provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência foi como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldos iniciais	(6.778)	(7.363)
Reversão da provisão	5.419	2.610
Aumento da provisão	<u>(4.335)</u>	<u>(2.025)</u>
(Aumento) Redução líquida (Nota 20)	<u>1.084</u>	<u>585</u>
Saldos finais	<u>(5.694)</u>	<u>(6.778)</u>

8 Tributos a recuperar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
ICMS sobre ativo imobilizado – CIAP	887	983
Processo FUNRURAL	2.237	2.237
Outros	<u>483</u>	<u>386</u>
	<u>3.607</u>	<u>3.606</u>
Circulante	807	856
Não circulante	<u>2.800</u>	<u>2.750</u>
	<u>3.607</u>	<u>3.606</u>

9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos, quando aplicável, são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2018	2017
Passivo:		
Imobilizado - custo atribuído (1)	(597)	(808)
Depreciação – revisão da vida útil – econômica (2)	<u>(16.230)</u>	<u>(13.306)</u>
	<u>(16.827)</u>	<u>(14.114)</u>

A Plascar S.A., controladora da Plascar Ltda., possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 54.524 e R\$ 65.526, respectivamente (R\$ 53.296 e R\$ 64.298 em 31 de dezembro de 2017, respectivamente), e a A Plascar Ltda, possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 728.880 e R\$ 723.824, respectivamente (R\$ 515.605 e 510.549 em 31 de dezembro de 2017, respectivamente), sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos ativos por não haver perspectiva de realização através de lucros tributáveis futuros e conforme determina a Instrução CVM 371.

- (1) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27 (IAS 16).
- (2) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerado após revisão da vida útil – econômica dos bens. Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia, conforme permitido pela legislação tributária, considerou também para fins fiscais a depreciação calculada com base nas novas vidas útil-econômicas dos bens. Desde de setembro de 2011, a Companhia passou a utilizar para fins fiscais a depreciação calculada com base na vida útil permitida pela legislação fiscal e, conseqüentemente, reconheceu os correspondentes efeitos tributários diferidos.

b) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2018	2017
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(253.771)	(146.532)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	86.282	49.821
Ajustes para demonstração de taxa efetiva:		
Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa do exercício não reconhecido (1)	(88.758)	(56.473)
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa CSLL Lei 13.496/17 (nota 22)	<u>(1.289)</u>	<u>81.159</u>
	<u>(3.765)</u>	<u>74.507</u>

- (1) Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Plascar S.A., o qual não é registrado em função de não haver expectativa de lucros tributáveis futuros.

c) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Consolidado
	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>(14.114)</u>
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação e baixa desses ativos	211
Tributos diferidos sobre diferença de depreciação	<u>(2.924)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>(16.827)</u>

10 Partes relacionadas

a) Remuneração aos Administradores

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é composta de remuneração fixa aprovada em Assembleia Geral, paga mensalmente.

A remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e de suas controladas são compostos de remuneração fixa, variável com base em metas estabelecidas e benefícios complementares.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o total de remuneração dos Administradores foi como segue:

	2018	2017
Remuneração fixa anual (1)	(18.870)	(7.623)
Remuneração variável (2)	-	(1.677)
Honorários da administração (Nota 20)	<u>(18.870)</u>	<u>(9.300)</u>

(1) Refere-se a salários e honorários da administração, férias, 13º salário, previdência privada e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros), inclusive rescisão dos ex Administradores

(2) Refere-se à participação nos resultados e bônus.

b) Empresas ligadas

A Companhia realiza operações mercantis e transações de mútuo com suas controladas e outras partes relacionadas, de acordo com os critérios definidos a seguir:

Historicamente, os saldos (contas a receber) de referidas operações mercantis têm sido pontualmente liquidados de acordo com as datas fixadas nas respectivas ordens de compra, mediante fechamento de contratos de câmbio. Consequentemente, não foi contabilizada, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionada com os valores devidos por partes relacionadas.

A Companhia e suas controladas celebram contratos de mútuo com partes relacionadas, a fim de que necessidades de caixa sejam supridas imediatamente, com a dispensa de processos de aprovação exigidos por instituições financeiras. Tais contratações estão condicionadas à disponibilidade de recursos e ao não comprometimento do fluxo de caixa da mutuante. Referidos contratos de mútuo são firmados de acordo com taxas acordadas entre as partes.

Seguem os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Passivo circulante				
Contrato de mútuo:				
Permali do Brasil Ind. e Com. Ltda.	-	-	2.232	59
Plascar Ltda.	9.923	8.703	-	-
	<u>9.923</u>	<u>8.703</u>	<u>2.232</u>	<u>59</u>

As contas a receber referem-se às vendas de produtos, denominados em moedas estrangeiras, sobre as quais não incidem remuneração.

O contrato de mútuo entre a Companhia (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuaria) não está sujeito, excepcionalmente, a encargos financeiros, em função de o Grupo ser detentor direto de 99,89% do capital social da Plascar Ltda. Trata-se do único contrato de mútuo em que a mutuante é sociedade não operacional e detentora de participação direta de aproximadamente 100% do capital social da mutuaria, circunstância que justificava a não incidência de juros. Esse contrato foi firmado, em 31 de maio de 2000, para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda., com vencimento indeterminado.

O contrato de mútuo entre a Permali do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuaria) está sujeito à incidência de juros mensais de 1,0% e tem vencimento indeterminado. Referido contrato foi celebrado em 31 de março de 2009 para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda.

11 Provisão para perda com investimento

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Em 31 de dezembro	(248.361)	(177.534)
Participação no prejuízo de controlada	<u>(256.027)</u>	<u>(70.827)</u>
Em 31 de dezembro de 2018 (Passivo a descoberto)	<u>(504.388)</u>	<u>(248.361)</u>

As informações relevantes referentes à Plascar Ltda., estão apresentadas a seguir:

	2018	2017
Capital social	389.082	389.082
Quotas totais	389.082.159	389.082.159
Quotas possuídas	388.654.169	388.654.169
Participação	99,89%	99,89%
Patrimônio líquido da controlada (Passivo a descoberto)	(504.944)	(248.634)
Participação na Plascar S.A.	(504.388)	(248.361)
Prejuízo líquido do exercício	<u>(256.309)</u>	<u>(70.906)</u>
Resultado da equivalência patrimonial	<u>(256.027)</u>	<u>(70.827)</u>

12 Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	Consolidado			
				2018	2017
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	2 a 4	9.362	(2.057)	7.305	8.179
Máquinas e equipamentos	4 a 13,79 (1)	835.405	(493.453)	341.952	375.383
Moldes	6 a 9	49.445	(47.493)	1.952	3.905
Móveis e utensílios	6 a 10	13.432	(11.758)	1.674	2.382
Veículos	18,57 a 20	4.450	(3.906)	544	802
Equipamentos de computação	15 a 16,81	3.235	(2.819)	416	451
Peças e materiais de reposição		4.235	-	4.235	4.191
Adiantamentos a fornecedores		76	-	76	44.397
		919.640	(561.486)	358.154	439.690

(1) Taxa média ponderada de 5,82%.

O montante de R\$ 39.763 (2017 - R\$ 41.748) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo das vendas", R\$ 189 (2017 - R\$ 264) em "Despesas com vendas" e R\$ 396 (2017 - R\$ 373) em "Despesas administrativas".

b) Movimentação do custo

	Consolidado				
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	9.352	189	-	(179)	9.362
Máquinas e equipamentos	834.108	2.783	(449)	(1.037)	835.405
Moldes	49.355	-	(989)	1.079	49.445
Móveis e utensílios	13.274	13	(93)	238	13.432
Veículos	4.475	71	(93)	(3)	4.450
Equipamentos de computação	5.984	255	(2.897)	(107)	3.235
Peças e materiais de reposição	4.191	43	(8)	9	4.235
Adiantamentos a fornecedores	44.397	(237)	(44.084)	-	76
	965.136	3.117	(48.613)	-	919.640

	Consolidado				
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	8.630	753	-	(31)	9.352
Máquinas e equipamentos	829.835	4.730	(420)	(37)	834.108
Moldes	49.350	4	(1)	2	49.355
Móveis e utensílios	13.259	35	(32)	12	13.274
Veículos	4.604	113	(242)	-	4.475
Equipamentos de computação	6.263	215	(549)	55	5.984
Peças e materiais de reposição	3.968	224	-	(1)	4.191
Adiantamentos a fornecedores	45.048	887	(1.538)	-	44.397
	960.957	6.961	(2.782)	-	965.136

c) Movimentação da depreciação

	Consolidado				Saldo final
	Saldo inicial	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	Adições	Baixas	Transferências
Edificações	(1.173)	(228)	-	(656)	(2.057)
Máquinas e equipamentos	(458.725)	(37.482)	292	2.462	(493.453)
Moldes	(45.450)	(1.622)	989	(1.410)	(47.493)
Móveis e utensílios	(10.892)	(577)	88	(377)	(11.758)
Veículos	(3.673)	(162)	42	(113)	(3.906)
Equipamentos de computação	(5.533)	(277)	2.897	94	(2.819)
	(525.446)	(40.348)	4.308	-	(561.486)

	Consolidado				Saldo final
	Saldo inicial	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Adições	Baixas	Transferências
Edificações	(925)	(241)	-	(7)	(1.173)
Máquinas e equipamentos	(421.207)	(37.919)	352	49	(458.725)
Moldes	(42.225)	(3.195)	1	(31)	(45.450)
Móveis e utensílios	(10.356)	(568)	28	4	(10.892)
Veículos	(3.606)	(256)	192	(3)	(3.673)
Equipamentos de computação	(5.864)	(206)	549	(12)	(5.533)
	(484.183)	(42.385)	1.122	-	(525.446)

d) Teste para verificação de *impairment* de ativo não financeiro.

A Companhia avalia no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos porventura perderam representatividade econômica, considerada relevante. Os testes de *impairment* são preparados por um perito independente para levantar o valor de mercado dos principais ativos para cada UGC. O escopo do trabalho compreendeu a Avaliação Patrimonial dos ativos localizados nas unidades de Jundiaí, Betim e Varginha.

	2018	
	Valor contábil dos ativos	Valor líquido de venda
Jundiaí	159.696	179.783
Betim	123.941	154.209
Varginha	74.517	80.723
Total	358.154	414.715

O valor recuperável é o valor justo líquido de despesas de alienação sendo a descrição da técnica descrita abaixo:

- Os ativos de propriedade da Companhia foram avaliados de acordo com valor de mercado de cada bem, obtido pelo produto entre o valor de reposição e o coeficiente de depreciação, levando-se em consideração a vida útil, idade, vida útil remanescente, valor residual e depreciação, resultando no valor líquido de venda superior ao valor residual contábil dos mesmos, não indicando desta forma, necessidade de *impairment*.

Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de *impairment* se fez necessário.

13 Empréstimos e financiamentos

a) Resumo dos empréstimos:

Modalidade/finalidade	Encargos financeiros em 31/12/2018	Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017
Capital de giro – moeda nacional	CDI + juros de 0,37% a 0,90% a.m.	321.800	266.529
FINAME	Juros de 0,21% a.m. a 0,45% a.m.	122.685	104.434
Total		444.485	370.963

b) Detalhe dos empréstimos por instituição financeira

Resumo das Operações Financeiras - Modalidade/ Finalidade	BRASIL	FIBRA	BDMG	ITAÚ	BRADESCO	CEF	CCB	Total
Capital Giro - Moeda Nacional	62.459	86.847	46.677	80.024	29.072	16.026	695	321.800
FINAME	59.062	-	29.369	12.902	21.352	-	-	122.685
Total dos Empréstimos	121.521	86.847	76.046	92.926	50.424	16.026	695	444.485
% Em relação ao total dos Empréstimos	27,34%	19,54%	17,11%	20,91%	11,34%	3,60%	0,16%	100%
	96,24%					3,76%		100%
	% Do Endividamento Dentro do Processo de Renegociação de Dívidas (vide Fato Relevante em 12 de junho de 2018 e AGE em 13 de dezembro de 2018).							

A Companhia possui contratos bancários vencidos e, conforme amplamente esclarecido na NE 1 (Situação Financeira), concluiu a reestruturação da dívida bancária. Conforme já esclarecido, a Administração da Companhia reforça que não há qualquer expectativa de que ocorra qualquer execução.

A Companhia possui tecnicamente contratos bancários vencidos e, em 31 de dezembro de 2018, possui saldo de empréstimos com vencimentos originais de longo prazo apresentados no curto prazo no montante de R\$ 46.495 (nota 4.1c), em razão do não cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”).

Dos empréstimos para capital de giro contratados pela Plaspar Ltda., R\$ 108.698 são garantidos por máquinas e equipamentos (CAPEX) e os saldos restantes garantidos por recebíveis e avais.

Os financiamentos FINAME são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados. Do montante total registrado em 31 de dezembro de 2018, R\$ 36.547 refere-se a contratos para aquisição de injetoras pelos fornecedores, registrado como perda no resultado em 31 de dezembro de 2018, embora a Administração da Companhia, através de seus assessores jurídicos, espera recuperar o valor adiantado ao referido fornecedor, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.

Evento Subsequente

Em 31 de janeiro de 2019, conforme Aviso aos Acionistas e Fato Relevante divulgados ao mercado, ocorreu o aumento de capital social da Companhia com integralização mediante utilização de créditos detidos contra a Plaspar Ltda, por subscrição privada, no montante de R\$ 449.483, mediante a emissão de 7.455.251 ações ordinárias ao preço unitário de emissão de R\$ 60,29 por ação ordinária. Após a efetivação do Aumento de Capital, o capital social da Companhia, antes no valor de R\$ 481.972

e dividido em 4.970.167 ações ordinárias, passou a ser de R\$ 931.455, dividido em 12.425.418 ações ordinárias.

O valor referente ao aumento de Capital foi obtido aplicando-se o percentual de 90% sobre os saldos referentes a data-base de 31 de outubro de 2018, com os seguintes valores:

Resumo da dívida incluída no <i>Term Sheet</i> atualizada em 31 de outubro de 2018	BRASIL	FIBRA	BDMG	ITAÚ	BRABESCO	FCA	Total
Operações financeiras	118.741	83.328	74.604	90.081	49.374	-	416.128
Operações não financeiras	-	-	-	-	-	83.298	83.298
Total da dívida	118.741	83.328	74.604	90.081	49.374	83.298	499.426
Instituições financeiras						Instituição não financeira	

14 Salários, férias e encargos sociais a pagar

	Consolidado	
	2018	2017
Encargos sociais (Nota 22)	26.759	18.616
Indenizações trabalhistas	2.145	767
Provisão férias	11.206	12.186
Plano de participação nos resultados - provisão	6.971	2.827
Outros	43	227
	47.124	34.623
Circulante	42.077	27.234
Não circulante	5.047	7.389

15 Adiantamentos de clientes

	Consolidado	
	2018	2017
Fiat Automóveis (1)	95.312	77.897
MAN	50	250
Scania do Brasil	-	160
Calsonic Kansei	333	1.225
Mercedes Benz	446	882
Outros	207	1.882
	96.348	82.296

(1) Trata-se de contratos de adiantamentos celebrados com a Fiat os quais fazem parte substancialmente da Renegociação de Dívidas "Term Sheet" conforme mencionado na nota 1 (quadro resumo).

16 Compromissos e provisão para contingências

a) Arrendamento mercantil operacional (transação de *Sale & Leaseback*)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Plascar Ltda. realizou transações de Sale & Leaseback dos prédios e terrenos das unidades industriais de Varginha, Jundiaí e Betim. Os contratos

de locação dos imóveis são válidos pelo período de 10 anos, podendo ser renovados por um período adicional de 10 anos após manifestação expressa da Plascar Ltda., não existindo opção de compra dos imóveis ao final dos contratos.

A partir de 1º de janeiro de 2019, de acordo com o CPC 06 R2 (IFRS16), a Companhia passará a registrar os alugueis futuros descontados a valor presente como leasing financeiro. O impacto aproximado no ativo imobilizado e passivo é de aproximadamente R\$ 95.138 (Nota 2.25).

b) Processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com as ações em curso, como segue:

	Consolidado	
	2018	2017
Provisões previdenciárias e trabalhistas	5.940	9.636
	<u>5.940</u>	<u>9.636</u>

A movimentação da provisão para demandas judiciais nos anos de 2018 e 2017 foi como segue:

	31 de dezembro de 2018			
	Saldo inicial	Adição Pagamentos		Saldo final
Trabalhistas	9.636	2.334	(6.030)	5.940
	<u>9.636</u>	<u>2.334</u>	<u>(6.030)</u>	<u>5.940</u>
	31 de dezembro de 2017			
	Saldo inicial	Adição Pagamentos		Saldo Final
Trabalhistas	12.799	8.205	(11.368)	9.636
	<u>12.799</u>	<u>8.205</u>	<u>(11.368)</u>	<u>9.636</u>

Trabalhistas

A provisão para ações trabalhistas consiste, principalmente, de reclamações de empregados vinculadas a verbas decorrentes da relação de emprego e foi constituída considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	2018	2017
Tributárias	5.540	4.083
Trabalhistas	46.610	57.967
Cível	44.623	47.604
	<u>96.773</u>	<u>109.654</u>

Ativos contingentes

Atualmente, a Plascar Ltda. figura como parte ativa em dois processos considerados relevantes contra FUNRURAL e ELETROBRÁS, cujos montantes envolvidos são de R\$ 8.585 e R\$ 19.249, respectivamente.

- (i) O processo contra ELETROBRÁS, cuja sentença também foi favorável à Companhia, se encontra em avançado estágio processual, sendo que a Companhia já deu início ao processo de execução provisória da sentença, requerendo o pagamento do valor devido. O caso, atualmente, aguarda manifestação judicial quanto ao início da referida execução pleiteada pela Companhia.
- (ii) O processo contra o FUNRURAL foi tramitado e julgado na data de 04 de setembro de 2001, sendo o valor liberado no montante de R\$ 2.237, valor este questionado pela Companhia no que se refere a sua atualização para posterior emissão de ordem de liquidação e recebimento. Este saldo está contabilizado na rubrica de tributos a recuperar (nota 8).
- (iii) A Plascar Ltda. pleiteia a restituição das parcelas de PIS e COFINS recolhidas com a inclusão do ICMS nas suas bases de cálculo referente a exercícios anteriores, os valores envolvidos nos pedidos de restituição ainda estão sendo apurados e mensurados de forma confiável.

17 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a) Capital social

O capital autorizado é de 1.000.000.000 de ações, e dentro desse limite, o Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre a emissão, seu valor e quantidade de novas ações, bem como fixar as condições de subscrição e integralização das mesmas. Ainda, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá ser outorgada opção de compra de ações aos conselheiros e diretores da Companhia ou de Sociedade sob seu controle.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital subscrito e integralizado está composto por 4.970.167 ações ordinárias nominativas e escriturais, sem valor nominal representado pelo montante de R\$ 481.972 em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Evento Subsequente

Aumento de capital e emissão de ações

Em 31 de janeiro de 2019, conforme Aviso aos Acionistas e Fato Relevante divulgados ao mercado, ocorreu o aumento de capital social da Companhia com integralização mediante utilização de créditos detidos contra a Plascar Ltda., por subscrição privada, no montante de R\$ 449.483, mediante a emissão de 7.455.251 ações ordinárias ao preço unitário de emissão de R\$ 60,29 por ação ordinária.

Após a efetivação do Aumento de Capital, o capital social da Companhia, antes no valor de R\$ 481.972 e dividido em 4.970.167 ações ordinárias, passou a ser de R\$ 931.455, dividido em 12.425.418 ações ordinárias.

O preço de Emissão das ações foi fixado, sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, considerando as metodologias permitidas pelo artigo 170, § 1º, da Lei das S.A., tendo em vista a atual situação financeira da Companhia, que possui elevado endividamento e patrimônio líquido negativo.

Uma vez que a Lei das S.A. não estabelece uma fórmula rígida para a fixação do preço de emissão, este preço foi fixado tendo em vista os critérios do artigo 170, § 1º, da Lei das S.A. em respeito ao interesse social da Companhia, de forma que a Companhia pudesse concretizar a reestruturação conforme planejado.

Bônus de Subscrição

A Companhia emitiu em favor e como vantagem adicional aos subscritores das ações do Aumento de Capital, mediante atingimento de metas de EBITDA da Plascar Plásticos nos anos de 2020, 2021 ou 2022, 7.455.251 bônus de subscrição, em uma única série e sob a forma escritural e nominativa, sendo atribuído 1 bônus de subscrição para cada ação do Aumento de Capital subscrita,

A outorga a seus titulares, em conjunto, concede o direito de subscrever ações da Companhia representando 5% do capital da Companhia pós emissão de tais ações

O preço para subscrição de 1 ação emitida em razão do exercício dos Bônus de Subscrição será de R\$ 0,01 “Preço de Exercício”. A subscrição das ações decorrentes do exercício de Bônus de Subscrição dar-se-á de forma particular, no ato do exercício do Direito de Subscrição, e a integralização das ações então subscritas deverá ser realizada mediante o pagamento à vista do Preço de Exercício, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição de tais ações.

b) Reservas

(i) Reserva de capital – Opções e Ações outorgadas reconhecidas

Constituída pelo registro contábil do plano de pagamento baseado em ações, a qual foi realizada na sua totalidade no exercício de 2018.

c) Remuneração aos acionistas

De acordo com o Estatuto da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma dos artigos 189 e 202 da Lei nº 6.404/76.

18 Resultado por ação

O cálculo básico de lucro ou prejuízo por ação é feito através da divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do lucro ou prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros ou prejuízos básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Numerador:		
Prejuízo líquido do exercício de operações continuadas	(257.254)	(71.947)
Denominados:		
Média ponderada do número de ações	<u>4.970.167</u>	<u>4.970.167</u>
Prejuízo líquido básico e diluído por ação - R\$	<u>(51,76)</u>	<u>(14,48)</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não ocorreram transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias, assim como não ocorreram transações que gerassem efeito de diluição do lucro por ação.

19 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita bruta de vendas	433.046	505.120
Impostos incidentes sobre vendas	(83.671)	(94.997)
Devoluções e abatimentos sobre vendas	<u>(2.554)</u>	<u>(9.635)</u>
	<u>346.821</u>	<u>400.488</u>

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (alíquotas de 7%, 12% e 18%), Imposto sobre produtos industrializados – IPI (alíquotas de 5% e 15%), Programa de integração social – PIS (alíquotas de 1,65% e 2,30%), Contribuição para financiamento seguridade social – COFINS (alíquotas de 7,60% e 10,80%).

20 Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Consolidado	
	2018	2017
Matéria prima, insumos e materiais de uso e consumo	(139.169)	(170.115)
Gastos com pessoal (Nota 23)	(129.547)	(129.171)
Despesas com demissões (Nota 23)	(3.898)	(3.890)
Fretes sobre vendas	(8.953)	(7.887)
Depreciação e amortização	(40.348)	(42.385)
Energia elétrica, água e telefone	(23.145)	(21.984)
Serviços de terceiros	(11.708)	(11.761)
Honorários da Administração (Nota 10)	(18.870)	(9.300)
Comissões sobre vendas	(183)	(401)
Aluguéis de imóveis	(22.435)	(21.904)
Provisão para créditos duvidosos	-	450
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência nos estoques (Nota 7)	1.084	585
Contribuição previdenciária sobre faturamento	(10.317)	(11.313)
Baixa de adiantamentos (i)	(44.084)	-
Outros	(20.878)	(13.078)
	<u>(472.451)</u>	<u>(442.154)</u>
Classificados como		
Custos dos produtos vendidos	(335.938)	(367.141)
Despesas com vendas	(20.353)	(16.430)
Despesas administrativas e gerais	(72.417)	(62.608)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	<u>(43.743)</u>	<u>4.025</u>
	<u>(472.451)</u>	<u>(442.154)</u>

- i) Referem-se, substancialmente, à adiantamentos a fornecedores para aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação da capacidade operacional e produtiva das unidades industriais da Companhia, realizados entre 2010 e 2011 para a empresa Sandretto e financiados junto ao BNDES através do programa FINAME/PSI.

Do montante registrado em 31 de dezembro de 2018, R\$ 36.548 foram adiantados por instituições financeiras e R\$ 7.536 adiantados ao fornecedor com recursos próprios. A Companhia, após detida análise junto aos seus assessores jurídicos, decidiu registrar uma perda sobre o valor total em aberto, no montante de R\$ 44.084, no exercício 2018. A Companhia adotou todas as providências jurídicas possíveis e seguirá buscando seus direitos pela via jurídica. No entanto, a Companhia considera pouco provável a possibilidade do recebimento destes ativos em curto prazo, não obstante a ação judicial continue em andamento. Em 2017 o saldo em aberto destes adiantamentos, perfaziam o valor de R\$ 36.340 e R\$ 7.536, respectivamente.

21 Resultado financeiro

	Consolidado	
	2018	2017
Despesas financeiras		
Juros	(113.910)	(77.651)
Encargos sobre impostos vencidos/parcelados *	(13.526)	(25.335)
Variações cambiais passivas	(2.833)	(2.822)
IOF	(338)	(867)
Outros	(322)	(549)
	<u>(130.929)</u>	<u>(107.224)</u>
Receitas financeiras		
Juros	184	83
Variações monetárias ativas	13	375
Variações cambiais ativas	2.554	1.805
Outros	37	95
	<u>2.788</u>	<u>2.358</u>
Resultado financeiro	<u>(128.141)</u>	<u>(104.866)</u>

*Encargos sobre impostos vencidos e parcelados de PIS/COFINS e ICMS.

22 Obrigações Fiscais e Encargos Sociais

O saldo em aberto de impostos em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 153.067 e R\$ 26.759 de encargos de folha de pagamento, destes, R\$ 5.271 impostos correntes a vencer, R\$ 23.181 impostos correntes vencidos e R\$ 151.374 parcelados.

				2018		
				Parcelados		
				Circulante		Não Circulante
Em Aberto	A Vencer	Vencidos	A Vencer	Vencidos		
REFIS (PERT MP 783/17)	63.483	-	-	11.217	595	51.671
Parcel. Ordinário PIS/COF/IPI	14.853	-	-	3.984	-	10.869
PIS	1.585	173	1.412	-	-	-
COFINS	7.239	785	6.454	-	-	-
ICMS (Regularize – MG)	53.901	-	-	6.280	-	47.621
ICMS	10.363	334	1.528	7.922	579	-
IPI	1.106	196	910	-	-	-
Outros (ISS IPTU)	537	329	-	23	-	185
	153.067	1.817	10.304	29.426	1.174	110.346
IRRF (Empregados)	1.290	1.290				
REFIS INSS (PERT MP 783/17)	3.241	-	-	2.652	589	-
Parcel. Ordinário INSS	2.562	-	-	683	-	1.879
Desoneração Folha	6.880	557	6.323	-	-	-
INSS (Empresa)	7.536	982	6.554	-	-	-
INSS (Empregados)	625	625	-	-	-	-
INSS parcelado Sesi Senai (Empresa)	4.625	-	-	1.250	207	3.168
	26.759	3.454	12.877	4.585	796	5.047
Soma (Empresa)	177.911	3.356	23.181	34.011	1.970	115.393
Soma (Empregados)	1.915	1.915	-	-	-	-
Total	179.826	5.271	23.181	34.011	1.970	115.393

O saldo em aberto de impostos em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 157.670 e R\$ 18.616 de encargos de folha de pagamento, destes, R\$ 1.959 referem-se à vencidos e R\$ 166.082 parcelados.

	Em Aberto	A Vencer	Vencidos	2017 Parcelados	
				Circulante	Não Circulante
REFIS (PERT MP 783/17)	71.220	-	-	11.947	59.273
Parcel. Ordinário PIS/COF/IPI	17.823	-	-	3.752	14.071
PIS	425	425	-	-	-
COFINS	1.945	1.945	-	-	-
ICMS (Regularize – MG)	58.370	-	-	6.091	52.279
ICMS	7.400	1.043	-	3.794	2.563
IPI	72	72	-	-	-
Outros (ISS IPTU)	415	192	-	23	200
	157.670	3.677	-	25.607	128.386
IRRF (Empregados)	2.058	2.058	-	-	-
REFIS INSS (PERT MP 783/17)	5.747	-	-	3.284	2.463
Parcel. Ordinário INSS	3.056	-	-	643	2.413
Desoneração Folha	1.117	1.117	-	-	-
INSS (Empresa)	2.736	777	1.959	-	-
INSS (Empregados)	616	616	-	-	-
INSS parcelado Sesi Senai (Empresa)	3.286	-	-	773	2.513
	18.616	4.568	1.959	4.700	7.389
Soma (Empresa)	173.612	5.571	1.959	30.307	135.775
Soma (Empregados)	2.674	2.674	-	-	-
Total	176.286	8.245	1.959	30.307	135.775

Sobre os valores vencidos a Companhia registra multa de 20% além de correção pelos índices previstos pela legislação.

Com relação aos impostos correntes em atraso, a Companhia está em processo de renegociação junto a RFB para parcelamento ordinário

Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

A Plascar Ltda aderiu ao PERT em 29 de agosto de 2017. O saldo dos impostos vencidos até abril de 2017, no âmbito da Procuradoria, foram parcelados em 120 vezes, sendo que o valor das parcelas nos primeiros 12 meses correspondem a 0,4% da dívida, 0,5% no segundo ano, 0,6% no terceiro ano e saldo restante em 84 parcelas. O índice de correção das parcelas é a Selic.

Adicionalmente, a MP 783/17 foi convertida na Lei 13.496/17 em 25 de outubro de 2017, incluindo uma nova modalidade de parcelamento, onde há a possibilidade de utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para abater da dívida consolidada no âmbito da Receita Federal do Brasil.

Os parcelamentos nos âmbitos da Procuradoria e RFB foram consolidados em sua totalidade durante o exercício de 2018.

A seguir apresentamos, resumidamente, os efeitos contábeis desta transação:

	Procuradoria-Geral da Fazenda nacional	Receita Federal do Brasil Tributário	Receita Federal do Brasil Não tributário	Total
Saldo original (a)	54.607	76.649	27.555	158.811
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa CSLL Lei 13.496/17 (b) (Nota 9.b)	-	(59.110)	(20.760)	(79.870)
Amortização da dívida até 31 de dezembro de 2018	(3.608)	(12.309)	(3.678)	(19.595)
Atualização do parcelamento	4.844	2.410	124	7.378
Total (Nota 22)	55.843	7.640	3.241	66.724

(a) Total da dívida tributária e não tributária atualizada na data da adesão do PERT, contemplando Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Desoneração da Folha).

(b) A Companhia migrou para esta nova modalidade. O valor envolvido para abatimento do saldo com prejuízos fiscais e base negativa é de R\$ 79.870.

23 Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	2018	2017
Salários e encargos sociais	117.779	117.211
Plano de participação nos resultados	7.163	7.006
Benefícios previstos em Lei	8.310	8.721
Benefícios adicionais	193	123
	<u>133.445</u>	<u>133.061</u>

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia e suas controladas têm como prática conceder a seus empregados benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, seguro de vida, transporte coletivo e alimentação, reembolso escolar, auxílio creche e reembolso de treinamentos.

Plano de participação nos resultados

A Companhia e suas controladas possuem planos complementares de remuneração variável que considera o atendimento das metas estabelecidas:

- (i) Plano de participação nos resultados (PPR): a Companhia remunera seus colaboradores mediante participação nos resultados conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria, que estabelece metas que são mensalmente aferidas e divulgadas. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.
- (ii) Plano de bônus adicional de participação nos resultados (PPR curto prazo): a Companhia bonifica ainda com quantidade de salários diferenciada os gestores e diretores da Companhia. A participação nos resultados devida aos colaboradores ocupantes destas funções é baseada em desempenhos (individual e da Companhia), de acordo com metas pré-estabelecidas e aprovadas em Assembleia Geral Ordinária.

24 Informações complementares dos fluxos de caixa

	Consolidado	
	2018	2017
Pagamentos durante os exercícios		
Juros de empréstimos	8.289	9.221

A Companhia classifica os juros pagos como fluxo de caixa da atividade de financiamento.

25 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro de naturezas diversas, contratados com uma das principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais combinado com lucros cessantes, era R\$ 517.685 (R\$ 517.685 em 31 de dezembro de 2017), e R\$ 2.170 (R\$ 2.170 em 31 de dezembro de 2017) para responsabilidade civil.

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.